

MUNICÍPIO DE VISCONDE DO RIO BRANCO  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Visconde do Rio Branco/MG, em 15 de dezembro de 2.021.

OFÍCIO GAB/PREF n.º \_\_\_\_/2.021.

CÂMARA MUNICIPAL  
DE VISCONDE  
DO RIO BRANCO

PROTOCOLO N.º 5311  
DATA ENTR 20/12/21  
HORARIO 08:40  
RESPONSÁVEL [assinatura]

Senhor Presidente,

Com nossos cordiais cumprimentos, vimos por meio deste, solicitar os bons préstimos de Vossa Excelência, no sentido de convocar os senhores vereadores para, em sessão **ORDINÁRIA**, deliberarem sobre a matéria constante no Projeto de Lei abaixo relacionado, em tramitação nessa Casa Legislativa, considerando a relevância e urgência do assunto para o bom e necessário andamento da Administração Municipal e desenvolvimento econômico e funcional do Município, conforme especifica:

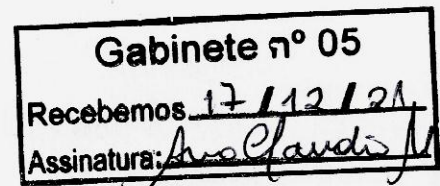
1 - Projeto de Lei que "Dispõe sobre fixação da Data-Base para Revisão Geral Anual da remuneração dos servidores públicos do Município de Visconde do Rio Branco e dá outras providências".

Pela certeza do apoio e acatamento às propostas, antecipamos agradecimentos, subscrevendo-os sob renovada manifestação de consideração e apreço.

Atenciosamente.

[Assinatura manuscrita]  
Luiz Fábio Antonucci Filho  
Prefeito Municipal

Ao Exmo. Sr. **GERSON GOMES DE FREITAS**  
DD. Presidente da Câmara Municipal de  
Visconde do Rio Branco/MG.





MUNICÍPIO DE VISCONDE DO RIO BRANCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº 1957/2.021

*"Dispõe sobre fixação da data-base para revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos do Município de Visconde do Rio Branco e dá outras providências".*

O povo do Município de Visconde de Rio Branco, através de seus representantes, os vereadores, aprovou, e eu, **Luiz Fábio Antonucci Filho**, o Prefeito Municipal em exercício, no uso de uma de suas competências estabelecidas na Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído o dia 1º de janeiro de cada ano, conforme dispõe o artigo 37, inciso X da Constituição Federal, como data base para Revisão Geral Anual da remuneração dos servidores públicos do Município de Visconde do Rio Branco/MG.

**Art. 2º** A Revisão Geral Anual das remunerações e dos subsídios dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo Municipal, que extensiva aos proventos da inatividade e às pensões, prevista no art. 37, X da Constituição Federal, tem por objetivo manter o poder aquisitivo do valor percebido, a fim de evitar que os índices inflacionários retirem o poder de compra da retribuição pecuniária paga pelo exercício das atividades públicas.

**Art. 3º** Fica adotado mesmo índice inflacionário do Governo Federal para o funcionalismo público - IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro índice que vier a substituí-lo, limitado à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§1º O reajuste mínimo será o equivalente aos índices acumulados do exercício anterior, desprezados os índices mensais eventualmente negativos dentro do período.

§2º As vantagens pecuniárias não vinculadas ao vencimento base serão reajustadas anualmente utilizando-se os mesmos índices e datas.

**Art. 4º** A Revisão Geral Anual observará as seguintes condições:

- I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias;
- II - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na lei orçamentária anual;
- III - comprovação de prévia dotação orçamentária que configure capacidade de pagamento;
- IV - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que trata o artigo 169 da Constituição Federal e a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2.000.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2.022, revogadas as disposições em contrário.

P.R.C.

Do Gabinete do Prefeito do Município de Visconde do Rio Branco/MG, em 15 de dezembro de 2.021.

  
Luiz Fábio Antonucci Filho  
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE VISCONDE DO RIO BRANCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

**JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente desta Casa Legislativa,

Nobres Edis,

Com nossos cordiais cumprimentos, encaminhamos para apreciação desta egrégia Casa de Leis, o projeto de Lei que *Dispõe sobre fixação da data-base para revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos do Município de Visconde do Rio Branco e dá outras providências.*

A propositura visa garantir um direito constitucional dos servidores públicos do Município de Visconde do Rio Branco/MG, previsto no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, visando assim evitar a defasagem e o achatamento salarial dos servidores, garantindo a soberania do poder aquisitivo da classe.

Acerca da Revisão Geral Anual de vencimentos dos servidores públicos, é importante considerar que a alteração introduzida pela Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, ao artigo 37, inciso X da Constituição Federal, assegura a todos os servidores públicos civis o direito a "*revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices...*"

Evidenciadas, dessa forma, as razões de interesse público que justificam a aprovação da medida, contará ela, por certo, com o aval dessa Colenda Casa de Leis.

Na certeza de poder contar com o apoio e a aprovação desta Casa Legislativa, e contando com o espírito público que tem comandado as ações desta Edilidade, apresento cordiais saudações ao passo que subscrevo-me com considerações de alta estima e distinto apreço.

Do Gabinete do Prefeito Municipal de Visconde do Rio Branco/MG, em 15 de dezembro de 2.021.



Luiz Fábio Antonucci Filho  
Prefeito Municipal